

# O sentido da colonização e a contribuição de Caio Prado Júnior à Revolução Brasileira

Anderson Deo

**Como citar:** DEO, A. O sentido da colonização e a contribuição de Caio Prado Júnior à Revolução Brasileira. *In:* TOTTI, M. A.; CZAJKA, R. (org.). **Intelectuais, cultura e pensamento social no Brasil**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 87-114.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-056-3.p87-114>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# O *SENTIDO DA COLONIZAÇÃO* E A CONTRIBUIÇÃO DE CAIO PRADO JÚNIOR À REVOLUÇÃO BRASILEIRA

*Anderson Deo*

## I.

Há um grande risco de reproduzirmos uma série de “lugares comuns” quando tratamos de autores que, de alguma forma, figuram entre aqueles que são identificados como “clássicos” em suas produções teóricas. Isso se deve, talvez, ao fato de que tais autores, ao serem tratados como referenciais, deram origem a um longo debate, e suas obras passaram a ser objeto constante de investigações, de interpretações e polêmicas, contando, portanto, com farto e denso material produzido, refletindo a riqueza de possibilidades a serem exploradas.

O risco que apontamos acima pode ser ainda realçado quando a força do argumento, ou mesmo o estilo da escrita, leva-nos a repetição de informações e dados biográficos que são de conhecimento quase notório, principalmente do público afeito a tais discussões, denominado academicamente como “especializado”.

Tais observações preliminares – por mais que possam soar como *mea culpa* – são importantes para esclarecer ao leitor o que pretendemos com o presente texto. O núcleo da discussão que propomos se concentrará na análise do conceito de *Sentido da Colonização*, a partir de sua elaboração em *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia* (PRADO JR, 2000, p. 13-26), assim como a importância e originalidade que o mesmo representa, como esforço de captura ideocategorial da particularidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Da forma como entendemos, a categoria elaborada por Prado Jr. reproduz o *ser-precisamente-assim* (LUKÁCS, 2011, p. 84), uma forma de universalidade e, portanto, deve ser pensada e refletida a partir da relação expressa com/nas singularidades históricas, produzindo uma particularidade própria. Dessa forma, não se trata de um modelo previamente estabelecido como “construto mental” que comprime a realidade histórica – o real concreto – às suas regras internas, mas sim um esforço de leitura que procura identificar a validade histórica, ou seja, a reprodução de relações sociais que possam ser identificadas e caracterizadas a partir dos elementos que a categorização propõe. Por isso, buscaremos identificar a forma como o *Sentido da Colonização* se reproduz no processo atual de reprodução social brasileira.

Para tanto, sempre que necessário recorreremos ao expediente da exposição de elementos biográficos do autor nos apoiando em referenciais teóricos especializados, mesmo que isso possa significar mera repetição.

\*\*\*\*\*

Caio Prado Jr. pertenceu a uma primeira geração de grandes intelectuais que se propuseram a compreender o Brasil. Esse esforço, em suas diferentes proposições e fundamentações teóricas e metodológicas, envolveu uma profunda investigação da formação social brasileira, dando origem a interpretações originais que se tornaram leitura obrigatória àqueles

que, de alguma forma ou por algum motivo, pretendem compreender o “que é” o Brasil. Ao lado de nomes como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, o autor de *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado em 1942, figura como uma das mais importantes leituras marxistas sobre a formação social do Brasil na primeira metade do século XX<sup>1</sup>.

Intelectual militante, sua intensa atividade política se vinculou ao movimento comunista brasileiro a partir de 1933, quando passa a compor as fileiras do então Partido Comunista do Brasil, o PCB<sup>2</sup>. Se na juventude participou inicialmente dos núcleos que deram origem ao Partido Democrático (PD), como forma de reação política ao Partido Republicano Paulista (PRP), foi na militância comunista que teve relevante destaque. Participou ativamente da Ação Nacional Libertadora, ocupando o cargo de vice-presidente da seção paulista, o que lhe custou um primeiro encarceramento, em 1935, decorrente da repressão ao levante comunista daquele ano. Com o fim do Estado Novo e o retorno do PCB à legalidade, foi eleito Deputado Estadual pelo partido em 1945, participando da elaboração da Constituição do Estado de São Paulo. Perderia o mandato depois de nova cassação do registro eleitoral do PCB, em 1947. Em 1969 foi aposentado compulsoriamente como docente da USP (cargo que nunca ocupou) pela ditadura militar, sendo levado ao cárcere novamente em 1970, sob acusação de incitação à violência e subversão.

Ao longo desse período, produz uma ampla e profunda discussão sobre o Brasil, sobre o mundo socialista, sobre o método marxista e sobre os caminhos da revolução brasileira. Como analisado por Bernardo Ricupero (2000, p. 106 - 107), a obra caiopradiana se insere como um primeiro esforço de originalidade marxista que buscou compreender a

---

<sup>1</sup> Não nos é estranho todo o debate que envolve o campo teórico-político marxista sobre a formação social brasileira. O próprio Caio Prado Jr. se envolveu diretamente nesse debate, seja em nível teórico, ou mesmo em seus desdobramentos políticos. Suas formulações resultam em certa medida diretamente de tais discussões. A polêmica que sua obra estabelece com os defensores da tese do feudalismo no Brasil, por exemplo, deriva desse processo. Outros importantes intelectuais marxistas, como Nelson Werneck Sodré, desenvolveram uma vastíssima obra analítica sobre temáticas similares, com leituras bem distintas às de Prado Jr.

<sup>2</sup> Sempre importante lembrar que o PCB havia sido fundado em 1922 como a seção brasileira da Internacional Comunista. Daí deriva a denominação inicial “do Brasil”. Em 1961 o nome do partido é alterado, como forma de facilitar a legalização e registro do partido, passando a ser denominado Partido Comunista Brasileiro, mantendo a mesma sigla PCB. Em 1962, o PCdoB é criado a partir de um grupo dissidente, que discordava da linha política adotada pelo PCB em seu V Congresso. O documento intitulado *Carta dos Cem* se opunha, em linhas gerais, ao posicionamento do PCB pró-reformas iniciadas por Nikita Khrushchov durante o chamado processo de desestalinização – desencadeado no contexto do XX Congresso do PCUS, em 1956 – e criava uma nova organização retomando o nome de Partido Comunista do Brasil.

particularidade brasileira, mesmo que tenha sido negligenciado no interior do PCB, no interior da academia, pois nunca pertenceu aos quadros da universidade, ou mesmo pela sua pouca inserção social. A imbricação entre sua trajetória política e sua produção intelectual é minuciosamente analisada no importante livro de Luiz Bernardo Pericás, *Caio Prado Júnior: uma biografia política*, quando o autor esclarece que a ênfase do trabalho

[...] tem como objetivo principal realizar uma discussão eminentemente política da trajetória do autor de *Dialética do conhecimento*, mostrando sua militância, sua leitura de clássicos marxistas, suas viagens, sua atitude em relação ao golpe militar, os debates sobre a revolução brasileira, seus tempos na prisão, sua relação com intelectuais contemporâneos, assim como apresentar elementos teóricos de seu ideário e o desenvolvimento do pensamento caiopradiano ao longo das décadas. (PERICÁS, 2016, p. 27).

O núcleo constitutivo do argumento de Pericás pode ser ilustrado com alguns exemplos da atividade intelectual de Caio Prado Jr. Quando, em 1943, funda a Editora Brasiliense e em 1955, a Revista Brasiliense, o autor passa atuar diretamente na divulgação do marxismo, como forma de contribuir no campo da “batalha das ideias”, na construção de espaços de cultura que possibilitariam o debate e o aprofundamento dos caminhos da “revolução brasileira”. Esse é o título, inclusive, de uma das mais importantes obras de Caio Prado Jr, com a qual o autor recebeu o Prêmio Juca Pato de Intelectual do Ano, em 1966. Esforço de leitura do Brasil pós-Golpe de Estado de 1964, o autor propõe uma espécie de “autocrítica” à esquerda, apontando os equívocos e limites da tática democrático-burguesa adota pelo PCB. Reforça a crítica às análises que propunham a “transposição mecânica” de modelos de revolução ao caso brasileiro, apontando os equívocos de se comparar o Brasil à China e, mais uma vez, insiste na particular forma de desenvolvimento do capitalismo no país, como elemento fundamental à elaboração de qualquer programa político. Tais análises foram produzidas como forma de contribuição ao debate interno do PCB. Mesmo que suas teses não tenham sido vitoriosas, os impactos produzidos, tanto na luta interna do partido, como nas leituras marxistas sobre os caminhos da revolução brasileira, foram amplos e, de alguma forma, ainda hoje podem ser percebidos. Sobretudo quando se trata de compreender, ao modo leniniano, a realidade concreta dos processos históricos em curso,

como condição fundamental à sua transformação radical. Esse é o esforço intelectual de Caio Prado Jr que buscaremos salientar, o da compreensão da particularidade histórica brasileira, do sentido da colonização que se faz presente, se atualiza e se transforma em sentido da modernização brasileira.

Antes, porém, uma última nota biográfica. Todo escrito que mencione as origens familiares de Caio Prado Jr aponta, com razão, sua ascendência vinculada aos grandes proprietários de terra paulistas, que enriqueceram e se aburguesaram ao longo do período colonial, mas principalmente durante a expansão do café no Estado. Assim como, a longa relação de nomes da família ligados à política institucional, defensores, sobretudo, daquela ordem social que nosso autor tanto se esforçou para compreender e, além de tudo, criticar. Crítica essa pautada numa leitura de mundo que propunha transformá-lo, de forma radical, de tal maneira que a riqueza socialmente produzida possa ser apropriada por quem de fato a produz. Nesse sentido, Caio Prado Jr foi, antes de tudo, um traidor de sua classe social, para aderir conscientemente ao projeto da revolução socialista e da emancipação humana.

## II.

A discussão sobre a formação social do Brasil é rica em proposições. A tradição historiográfica brasileira nos oferece várias análises sobre o tema. O debate sobre o desenvolvimento da processualidade histórica brasileira percorreu todo o século XX, sendo que muitas divergências originadas de tal debate estão, até hoje, na ordem do dia. Não temos a pretensão, de forma alguma, de introduzir novas questões a este debate. No entanto, entendemos ser necessário a devida apreensão dos processos particulares do desenvolvimento histórico brasileiro, pois este origina uma forma sociometabólica<sup>3</sup> específica, sendo que essa especificidade se coloca como o condicionante do *complexo de complexos* particular dessa processualidade.

Sobre a relação entre universalidade, particularidade e singularidade acima mencionada, Györg Lukács nos alerta para o fato destas categorias serem, em certa medida, distintas e por isso mesmo, a

---

<sup>3</sup> Entendido como uma forma específica de organização material e espiritual da objetividade histórica, cujo caráter dinâmico cria e recria, simultaneamente, tal realidade, obedecendo a características próprias e imanentes, que devem ser – necessariamente – levadas em conta na análise do sistema social do capital. Ver fundamentalmente (MÉSZÁROS, 2002).

captura da relação de reciprocidade – congruências/disjunções – de tais manifestações da totalidade se faz imperativa (LUKÁCS, 1970, p. 5). Dito de outro modo, a devida apreensão, em nível lógico-abstrato, dessas três *dimensões* do real, pode nos proporcionar uma melhor compreensão dos processos históricos concretos, pressuposto esse essencial para uma atuação política (individual/coletiva) revolucionária.

Compreender a real dimensão da totalidade brasileira, bem como a particularidade e as singularidades que as formas capitalistas assumem em sua constituição, pode nos isentar de equívocos teóricos que outras análises cometeram ao tentarem compreender a realidade econômico-política de nosso país.

Segundo Caio Prado Júnior, em *A Revolução Brasileira* (1966, p. 33-34), a teoria da revolução brasileira desenvolvida pelos marxistas estaria fadada ao fracasso desde sua criação, justamente pela incapacidade e insuficiência da análise sobre o real desenvolvimento histórico em nosso país. A partir dessa formulação, podemos constatar que as propostas da esquerda brasileira que resultam de tais análises, basearam-se em abstrações, em modelos e conceitos formulados *a priori*, como verdadeiras construções mentais, desconexas da realidade, sendo que essa – a realidade concreta – é inserida posteriormente ao processo, de forma comparativa, muito mais próxima das análises weberianas do que do arcabouço teórico do próprio Marx. O autor ainda afirma que as práticas políticas que resultaram dessa orientação teórica equivocada, bem como o peso negativo de tais formulações, podem ser observadas até o momento em que tal texto fora publicado<sup>4</sup>.

José Chasin, seguindo o mesmo diapasão de Caio Prado, aponta para dois tipos de erro; de um lado aqueles que, por não compreenderem o que vem a ser o caráter universal do capitalismo, criam um “aglomerado de leis gerais” facilmente aplicáveis a qualquer processualidade histórica; de outro, aqueles que privilegiam as singularidades, sem conectá-las com a totalidade, criando assim uma análise empírica e simplificadora de tais processos. Essas categorias, em ambas as análises, não se relacionam reciprocamente, ou simplesmente não existem. O “vácuo” criado entre

<sup>4</sup> (PRADO JR., 1966, p. 34): “Mas até hoje pesa ainda consideravelmente na maneira como se interpreta a realidade econômica, social e política brasileira. Pesam negativamente, embaraçando qualquer tentativa de verdadeiro e fecundo trabalho de elaboração científica. (...) A teoria da revolução brasileira (...) se transmitiu assim com todas suas grandes falhas e sem nenhuma revisão radical que se fazia tão necessária.”

universal e singular nunca poderá ser preenchido por tais análises, pois lhes falta a real dimensão da *particularidade* ontogeneticamente constituída do caso brasileiro, “(...) o problema fundamental de colher, à maneira dialética, a entificação do capitalismo no Brasil diz respeito à questão dos particulares (...)” (CHASIN, 1977, p. 151-152)<sup>5</sup>.

A análise caiopradiana parte do pressuposto que a economia colonial nasce como um prolongamento, uma extensão da economia metropolitana. Nesse sentido, o Brasil “surge” economicamente como um apêndice produtor de mercadorias, no contexto da criação do mercado mundial e da expansão do comércio. Ou em outras palavras, o território colonial estava totalmente integrado à lógica do capitalismo comercial (fase da acumulação originária) que se estende do século XV ao XVIII, cumprindo a função de apêndice econômico, fornecedor de gêneros tropicais e produtos agrícolas às economias metropolitanas (PRADO JR, 1957, p. 17-21).

Essa lógica passaria por algumas mudanças no período da emancipação política. A partir da chegada da Família Real, em 1808, as estruturas político-administrativas são modificadas, dando feições de autonomia à colônia brasileira, autonomia esta que se consolidaria politicamente em 1822 (PRADO JR, 1957, p. 44-45).

As mudanças implementadas não afetaram a estrutura do país, ou seja, foram mudanças na forma, na aparência, e não no conteúdo, na essência. A partir dessa constatação, Caio Prado conclui que o *Sentido da Colonização* permanece o mesmo. A economia permanece vinculada aos

---

<sup>5</sup> O autor esclarece que: “De uma parte, o insatisfatório entendimento do que venha a ser o **caráter universal** do fenômeno capitalista, conduziu a refletir simplesmente com atributos e leis genéricas, e a ‘constatar’ a **ocorrência necessária** destes a qualquer custo, no interior das fronteiras nacionais. Assim, preservaram-se universais, mas não na condição de universais concretos, e, muitas vezes, singularidades reais foram perdidas. De outra parte, uma forma de incorreção mais recente tem hiper-acentuado as singularidades, mas, tomando-as simplesmente como dados empíricos, isto é, despojadas por inteiro de qualquer espessura ontológica (espessura que, sob feição avariada e debilitada, não importa, restava, ainda assim, no caso anterior), faz com que a universalidade concreta seja completamente diluída. E a relação entre universal e singular, aí, se mostra como uma relação entre categorias exteriores uma a outra, como a subsunção de um amontoado de notas empíricas a um princípio geral”. Sendo assim, conclui que, “(...) enquanto a primeira forma de incorreção acentua o universal e tende a perder o singular, a segunda acentua o que tema pela singularidade e perde completamente o universal. Observa-se, pois, que a lógica destes dois casos manobra na polaridade entre universal e singular, entre os quais habita puramente o vácuo. Numa linguagem lukacsiana, dir-se-ia estar face a teorias fetichizadas, na medida que lidam exclusivamente com as categorias de universalidade e singularidade, eliminando ou não reconhecendo exatamente a categoria da **particularidade** (CHASIN, 1978, p. 152)”. Ainda sobre a relação Universal/Particular/Singular ver (MAZZEO, 1999, p. 108 -109).

mercados externos, como um apêndice produtor, subordinado às variações e fluxos das economias centrais (PRADO JR, 2000, p. 20).

No que diz respeito a formação da burguesia, aponta que os proprietários rurais que aqui se estabelecem, já na fase colonial, desempenham a função econômica de uma burguesia ligada à fase mercantil do capitalismo. Afirma que, no Brasil, não houve distinções sócio-econômicas entre burguesia e grandes proprietários de terras. Pelo contrário, em muitas das vezes são, inclusive, as mesmas pessoas. Ou seja, se constituem como indivíduos sociais pertencentes a uma mesma classe econômica, fracionada em setores produtivos específicos: a burguesia. Como nos aponta Caio Prado (1994, p. 168):

Nada há, em conclusão, nos grandes proprietários brasileiros, e isso tanto mais acentuadamente quanto seu nível financeiro é mais elevado, que os distinga e caracterize como categoria econômica e social à parte. E assim nada autoriza separar, e muito menos extremar e isolar na estrutura sócio-econômica brasileira, uma classe característica e bem diferenciada de “latifundiários” contrastantes com a burguesia e ligada a relações de produção de natureza distinta e específica. Trata-se num e noutro caso de igual categoria social, e no mais das vezes até nos mesmos indivíduos, homens de negócio que aplicam seus recursos e iniciativas tanto em empreendimentos agropecuários como em outros setores, ao sabor unicamente das oportunidades ensejadas e da lucratividade esperada.

Sendo assim, podemos afirmar que Caio Prado nega enfaticamente a existência de um modo de produção escravista, assim como possíveis formas feudais, na organização histórico-social do Brasil.

Passemos à análise do argumento de nosso autor de forma sistematizada. O Brasil “surge” para o mundo ocidental no último ano do século XV, quando os portugueses anunciam a ocupação e a posse do território. Durante as três primeiras décadas do século seguinte, a colonização se restringiu ao reconhecimento da costa e ao estabelecimento de algumas feitorias ao longo do litoral brasileiro; estas foram criadas para armazenar o Pau-brasil e os produtos nativos - os chamados produtos tropicais - que eram extraídos pelos índios em troca das mais variadas quinquilharias.

A partir do terceiro decênio do século XVI surge a real necessidade de ocupar as terras brasileiras, decorrente da ameaça de “invasão” do território por outros povos, tais como franceses e ingleses, e da crise econômica que a coroa portuguesa passa a enfrentar devido à progressiva perda do monopólio comercial com o oriente – Índias Orientais. A questão que se colocava naquele momento é a da forma da ocupação. Como ocupar de maneira economicamente rentável um litoral tão extenso? Para todos os efeitos o interior do território ainda não era conhecido.

A saída encontrada para tal problema se encontrava no modelo de ocupação implantado em outras colônias portuguesas (Madeira e Cabo Verde). Dividiu-se a costa brasileira em “doze setores lineares com extensões que variavam entre 30 e 60 léguas”. Esses setores - chamados capitânicas - foram doados a titulares que “gozarão de grandes regalias e poderes soberanos”, os donatários.

A produção agrícola se pautou na exploração monocultora da cana-de-açúcar, cultivada em grandes plantações, os latifúndios. Além do clima e do solo favorecerem esse tipo de gênero agrícola, outro fator era preponderante: a grande rentabilidade que se exigia da produção colonial. Como nos aponta Caio Prado Junior,

A grande propriedade será acompanhada no Brasil pela monocultura; os dois elementos são correlatos e derivam das mesmas causas. A agricultura tropical tem por objetivo único a produção de certos gêneros de *grande valor comercial*, e por isso *altamente lucrativos*. [...] É fatal portanto que todos os esforços sejam canalizados para aquela produção; mesmo porque o sistema da grande propriedade trabalhada por mão-de-obra inferior [escrava], como é a regra nos trópicos, e será o caso no Brasil, não pode ser empregada numa exploração diversificada e de alto nível técnico (PRADO JR., 1994, p. 31-37, grifo nosso).

Para completar tal quadro de colonização, a mão-de-obra indígena foi, gradativamente, sendo substituída pela mão-de-obra do negro africano. Os índios passam a se tornar arredios à divisão do trabalho sistematizado, imposto pelo colonizador branco. Mesmo com sua “natureza nômade”, os silvícolas se adaptaram a extração esporádica do pau-brasil; no entanto, não suportaram a “disciplina, o método e os rigores de uma

atividade organizada e sedentária como a agricultura” (PRADO JR., 1994, p. 35). A postura do colonizador diante da resistência foi a escravização do indígena, que de fato aconteceu em algumas regiões até o final do período colonial, porém, não sem uma forte resistência dos nativos. Diante dessa dificuldade de obtenção da mão-de-obra internamente, buscou-se a saída na escravização de populações de estrangeiros, no caso, o negro africano (PRADO JR., 1994, p. 37).

Estavam criados então, os pilares da ocupação e da colonização do território brasileiro: uma ocupação baseada na exploração monocultora dos latifúndios, que utilizou a mão-de-obra escrava (seja ela indígena, seja ela negra) na produção de gêneros agrícolas de alta rentabilidade - inicialmente a cana-de-açúcar - que, invariavelmente, eram destinados aos grandes centros econômicos do período, o mercado europeu (PRADO JR., 1994, p. 32)<sup>6</sup>.

No que diz respeito à organização política do território, esta ficou sob a responsabilidade dos donatários. Estes recebiam a posse das capitânias através de documentos (Cartas de Doação) que lhes davam o direito de distribuir e legislar sobre os respectivos territórios (Foral). Importante salientar que essa classe de proprietários que se estrutura na colônia assume, desde a origem, feições capitalistas, haja vista que toda a produção colonial estava inserida no contexto de exploração comercial, cujo centro propulsor era a economia europeia. Desde sua gênese, portanto, teria se constituído como uma burguesia agrária ligada diretamente à atividade mercantil mundial.

Essa breve descrição do período inicial da colonização do território brasileiro já nos dá algumas indicações da forma pela qual o Brasil se insere no contexto da divisão internacional do trabalho do século XVI, qual seja, a de apêndice produtor, integrado de forma subordinada aos grandes centros da economia mundial em constituição, com a função exclusiva de fornecedor de gêneros tropicais e agrícolas de alto valor comercial aos centros econômicos europeus.

É importante observar que, nessa fase do desenvolvimento do Capital, a forma universal capitalista ainda não se manifesta hegemonicamente, porém já começa a subordinar as antigas formas de

---

<sup>6</sup> Vale acrescentar que os recursos financeiros para tais investimentos agrícolas nessa primeira fase, eram vultuosos, e foram levantados principalmente em Portugal e na Holanda (principalmente banqueiros judeus).

produção – agricultura, manufatura, mão de obra e comércio – lhes imprimindo, progressivamente, um novo caráter. Mas o que isso significa propriamente?

Esse é o momento de desagregação de uma forma sociometabólica específica, o modo de produção feudal. É da crise desse sistema, e das contradições que essa engendrou, que irão ser criadas as bases econômicas e sociais de uma nova totalidade – o capitalismo industrial. Essa fase corresponde ao momento da acumulação originária de capitais, que serviu, posteriormente, como arrimo econômico da burguesia para suas investidas revolucionárias, e correspondente tomada do poder político, em países como a Inglaterra e França, por exemplo.

Todas as formas produtivas nesse período não se constituem como formas capitalistas, por assim dizer “puras”. Porém, o processo de valorização das mercadorias (inclusive da mercadoria força-de-trabalho) converte-se em instrumento do próprio processo de valorização e autovalorização do capital, ou como nos aponta Karl Marx: “O processo de trabalho converte-se em instrumento do processo de valorização, do processo de autovalorização do capital – da fabricação da mais-valia [...]”. Ou seja, o trabalho escravo passa a valorizar o capital investido na produção agrícola, sendo que “[...] O processo de trabalho é subsumido ao capital (é seu próprio processo), e o capitalista se enquadra nele como dirigente, condutor; para este, é ao mesmo tempo, de imediato, um processo de exploração de trabalho alheio” (MARX, 1978, p. 51). Essa é uma característica essencial dessa fase de desenvolvimento do Capital, a qual Marx denominou *subsunção formal do trabalho ao capital*.

Nessa processualidade todas as formas produtivas pré-existentes e não específicas ao capitalismo, são subsumidas (ou subordinadas) ao Capital. A partir de então a força de trabalho é separada, progressivamente, de seus meios de trabalho; o antigo camponês passa a ser desvinculado da terra e de suas ferramentas, o artesão passa a possuir apenas sua mão-de-obra para, “livremente”, vende-la à burguesia, agora proprietária privada dos meios de produção e circulação – terras, oficinas artesanais, comércio, etc – numa clara oposição entre aqueles que produzem e aqueles que se apropriam – de forma privada – do produto do trabalho alheio.

Quando o camponês, antes independente e que produzia para si mesmo, se torna diarista e trabalha para um agricultor; quando

a estrutura hierárquica característica do modo de produção corporativo desaparece ante a simples oposição de um capitalista que faz trabalhar para si os artesãos convertidos em assalariados; quando o escravista de outrora emprega seus ex-escravos como assalariados etc, temos então que processos de produção determinados socialmente de outro modo se transformaram no processo de produção do capital. (MARX, 1978, p. 51).

É nesse contexto que se insere o processo de colonização do Brasil. Toda a estruturação da empresa colonial aqui instalada só pode ser entendida se levarmos em conta os “mecanismos” dessa fase de *subsunção formal do trabalho ao capital*. Só assim podemos entender o porquê da divisão do território em grandes propriedades de terras; o porquê da utilização da mão-de-obra escrava (reativando uma antiga forma de força-de-trabalho). O trabalho escravo, nesse contexto, é força de trabalho que “valoriza e auto valoriza” o processo de produção do próprio capital.

Isso ocorre devido à necessidade que o próprio processo de produção do capital possui de se assentar em formas de trabalho preexistentes – sejam elas quais forem. Ou seja, o Capital como uma nova forma sociometabólica, inserida num determinado processo particular de constituição histórica, se assenta e se sustenta em formas econômicas e sociais já existentes, ou até mesmo “reinventa” formas extintas, que não são as formas particulares do capitalismo. O *novo* elemento que se coloca agora, é o fato de essas formas *antigas* estarem a “serviço” e subsumidas ao processo de valorização do capital. Nos dizeres do próprio Marx:

[...] Pelo contrário, faz parte da natureza da questão o fato de que a subsunção do processo de trabalho ao capital se opere à base de um *processo de trabalho preexistente*, anterior a essa subsunção ao capital, e que se configurou à base de diferentes processos de produção anteriores e de outras condições de produção; o capital se subsume a *determinado processo de trabalho existente*, como, por exemplo, o trabalho artesanal ou o tipo de agricultura correspondente à pequena economia camponesa autônoma. Se nesses processos de *trabalho* tradicionais, que ficaram sob a direção do capital, se operam modificações, estas só podem ser *conseqüências* paulatinas da subsunção de determinados processos de trabalho tradicionais ao capital. (MARX, 1978, p. 54).

Comprendemos, portanto, como o Capital, no seu processo de constituição, engendra-se a partir de formas preexistentes de produção e, no seu ciclo de auto valorização, subordina essas formas anteriores ao seu próprio processo.<sup>7</sup>

A economia brasileira se estrutura, portanto, inserida nesse processo de *subsunção formal do trabalho ao capital*<sup>8</sup>. Nunca é demais lembrar que, a posição que o país ocupa no interior da divisão internacional do trabalho (em processo de universalização) no período da acumulação originária de capitais, é a de economia subordinada e atuando como apêndice complementar às economias centrais europeias.

Pois bem, essa forma particular de constituição econômico-social engendrou uma forma também particular de organização política. O processo de constituição do Estado nacional brasileiro só pode ser entendido se levado em conta tais particularidades. Os movimentos nacionais pela emancipação política do Brasil, configuram-se no interior e inseridos no processo específico de entificação do capitalismo no país, qual seja, uma forma particular cuja característica principal é o seu caráter de *extração colonial*.

A transferência da Corte Portuguesa em 1808 para o Brasil inaugura um novo momento na vida política no país. As contingências históricas europeias – Invasões Napoleônicas (1803-1815) – vão fazer com

---

<sup>7</sup> A esse respeito Mazzeo (1989, p. 72) afirma que: “O caráter universal da produção de amoldar-se as diversas situações concretas é ressaltado por Marx, quando afirma que a produção não é somente particular. Ao contrário, é sempre um organismo social determinado, um sujeito social que atua em um conjunto mais ou menos grande, mais ou menos pobre de ramos de produção, quer dizer, a produção socialmente dada articula-se com formas particulares socialmente dadas de produção. A produção capitalista, ao reproduzir sua própria existência de forma contínua, desintegra, reintegra ou cria novas realidades (particularidades) para se auto-repor”.

<sup>8</sup> Toda a contextualização histórica da constituição da economia colonial brasileira se faz necessária justamente para não incorrerem em equívocos analíticos já apontados por outros autores, entre eles Caio Prado. Ao criticar a teoria da revolução brasileira, o autor chega a afirmar que não há nada mais estranho à teoria de Marx, do que a ideia *evolucionista* na qual se baseava a esquerda brasileira. Essa análise – equivocada – do caso brasileiro seria o pressuposto para teorias que defendiam – e ainda defendem – a ideia de estruturas feudais no Brasil, que precisariam ser superadas por uma revolução de caráter burguês, para somente então, se iniciar uma luta proletária pelo poder (PRADO JR., 1994, p. 42-44). A tese da “revolução por etapas” foi defendida pelo PCB até 1992. Além de Caio Prado, o debate sobre o “modo de produção escravista colonial” no Brasil, conta com a importante análise de Mazzeo que, a partir do diálogo intelectual com Décio Saes, Jacob Gorender e Flamarion Cardoso, analisa a particularidade histórica brasileira, demonstrando os equívocos de se inserir o Brasil num modo de produção específico – o escravista colonial. (MAZZEO, 1989, p. 55-85) todo o capítulo II: *A formação social colonial como particularidade histórica*.

que a família real portuguesa passe a governar todos os seus territórios do interior de uma de suas colônias. Importante notar que o fato de o Brasil ter sido transformado na sede da Monarquia Portuguesa não foi ocasional. Desde o século XVIII a economia brasileira havia se transformado no principal arrimo do Império Português, que se encontrava em plena crise, sendo esta, reflexo não só das arcaicas estruturas políticas portuguesas, mas também determinada pela respectiva crise do sistema colonial e consecutiva subordinação e dependência em relação aos ingleses.

É nesse século (XVIII), entretanto, que a mineração provocará algumas mudanças no interior da colônia. Não só o centro econômico de nossa economia migra do nordeste para a região sudeste. Internamente a administração política também é deslocada, acompanhando o mesmo eixo territorial. É importante observar que, com o advento da mineração, o país passa por um pequeno, mas sensível crescimento urbano. As cidades vão nascendo e crescendo de acordo com o ritmo exigido pela nova atividade econômica. No seu interior uma “camada média”, cujo caráter urbano é flagrante, também passa a existir no país. Entretanto, quem continuará a dominar a cena político-econômica é a mesma burguesia agrário-exportadora, estruturada a partir do latifúndio e do escravismo.

Voltemos aos fatos. Várias medidas de caráter econômico-político foram implantadas pelo então regente de Portugal Dom João VI logo na sua chegada ao Brasil. No que diz respeito à administração pública era necessário criar uma estrutura político-administrativa para que se pudesse governar todo o Império a partir de uma colônia. A Corte se estabelece na cidade do Rio de Janeiro; D. João criou ministérios, o Banco do Brasil, um Tribunal Superior (Casa da Suplicação), a Imprensa Régia, entre outras repartições. Vale lembrar que em 1815 o Brasil, até então uma colônia (vice-reino), foi elevado à condição de Reino, através de um decreto do príncipe regente. Já na economia a principal medida foi a imediata “Abertura dos Portos do Brasil”, pois agora todo o comércio exterior de Portugal deveria ser controlado do interior de nosso território<sup>9</sup>. A esse respeito, Caio Prado afirma que:

---

<sup>9</sup> Cabe lembrar que os grandes beneficiados com tal medida foram os ingleses, pois os tratados assinados entre os dois países, concediam vários privilégios à essa nação. Como exemplo podemos citar os Tratados de 1810, ou Acordos de Strangford, que, entre outras medidas, estabeleceu que os produtos ingleses seriam taxados em 15% sobre seu valor nominal, enquanto os demais países pagavam 24%.

[...] Estabelecendo no Brasil a sede da monarquia, o Regente aboliu *ipso facto* o regime de colônia em que o país até então vivera. Todos os caracteres de tal regime desaparecem, restando apenas a circunstância de continuar à sua frente um governo estranho. São abolidas, uma atrás da outra, as velhas engrenagens da administração colonial, e substituídas por outras já de uma nação soberana. Caem as restrições econômicas e passam para um primeiro plano das cogitações políticas do governo os interesses do país. São estes os efeitos diretos e imediatos da chegada da Corte (PRADO JR, 1957, p. 44-45).

Em 1818, com a morte de D. Maria – então rainha de Portugal que não governava por problemas de sanidade mental –, D. João VI é aclamado rei. Na Europa, Napoleão havia sido derrotado em 1815, e as ideias liberais avançavam sobre todo o continente. Nesse contexto irrompe em 1820, a Revolução Liberal e Constitucional do Porto (Portugal). Após a derrota de Napoleão, o país havia ficado sob o controle dos ingleses, que governavam o país através de uma ditadura militar (marechal Beresford). Além disso, o fim da exclusividade do comércio brasileiro, levou a burguesia mercantil portuguesa a uma grande crise econômica e conseqüente bancarrota. O movimento de 1820 conseguiu “expulsar” os ingleses e passou a exigir o retorno do rei a Portugal, o que ocorreu no ano seguinte.

A partir de então o governo português passa a tomar várias medidas com o claro intuito de reconduzir o Brasil à antiga condição colonial. As províncias brasileiras foram declaradas independentes do Rio de Janeiro e passaram a ser subordinadas diretamente à coroa portuguesa; outra medida foi a invalidação das decisões dos tribunais brasileiros, anulando assim a autonomia jurídica do Reino. O passo seguinte seria levar de volta a Portugal o Príncipe Regente D. Pedro.

É nesse contexto que a burguesia agroexportadora brasileira passa a se articular com vistas à emancipação política do país. Na verdade, estes já não queriam abrir mão da riqueza produzida internamente, pois no regime de exclusividade comercial a maior parte da renda real aqui produzida refluiu à metrópole. São estes interesses que determinarão a dinâmica do processo de independência política do Brasil; o que de fato ocorre é que os grandes proprietários de terras, que viviam da exportação de suas

mercadorias, percebem a ameaça que o retorno ao “Exclusivo Colonial” representava às possibilidades de aumento de seus lucros. Segundo Mazzeo:

A perspectiva de liberdade comercial, proporcionada pela decadência portuguesa – que materializava o surgimento da maturidade capitalista -, reforçada a partir de 1808, levará essa burguesia a não mais querer que a maior parte da renda aqui produzida reflua à metrópole. Tais interesses específicos determinarão o rompimento dos terratenentes brasileiros com Portugal, isto é, com as correntes do “Exclusivo Colonial” português que amordaçavam as possibilidades de maiores lucros dos poderosos do Brasil. Esse é o “móvel” da emancipação política brasileira, conduzida por competentes membros dessa burguesia “anômala”, determinada muito mais pela crise do sistema colonial mundial e por suas conseqüências imediatas, do que por uma proposta de mudança econômico-social que visasse um desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção em moldes plenamente burgueses. A condução política do “Partido Brasileiro”, capitaneado pelos donos de terras e de escravos, não terá assim, em seu conteúdo, nenhuma perspectiva de real ruptura com a estrutura colonial da economia brasileira. (MAZZEO, 1989, p. 90).

Percebemos, portanto, que um dos aspectos que marcou a formação do Estado nacional brasileiro é justamente a inexistência de um projeto político-econômico revolucionário, que rompesse com as determinações estruturais de nossa economia colonial. Dito de outra forma, o que a burguesia agroexportadora brasileira defendia, enquanto projeto econômico, era a continuidade da forma colonial de exploração do território - o que de fato ocorreu -, forma esta pautada na mão-de-obra escrava, no latifúndio e na produção de gêneros agrícolas de grande valor comercial destinados ao mercado externo.

Com relação ao processo de emancipação política, este se dá na forma de uma transição pelo alto, lenta e segura – característica que viria a ser uma das marcas de todos os processos de transformações de nossa estrutura política -, sem qualquer participação das “classes médias” urbanas, e muito menos das camadas populares. Da parte dos grandes proprietários de terras, a habilidade se caracteriza por vislumbrarem na figura de D. Pedro o instrumento político que possibilitaria a emancipação do território

brasileiro em relação a Portugal. Outro fator muito importante é que essa estratégia descartaria definitivamente qualquer interesse de cunho liberal democrático, afastando de vez a possibilidade da participação popular e confirmando a não existência de grandes divergências entre as frações burguesas que compunham o processo, quando se trata de excluir – de maneira segura – todo e qualquer seguimento que pudesse vir a ameaçar de alguma forma sua hegemonia econômico-política.

Nesse sentido é importante salientar que os elementos político-ideológicos, bem como a estrutura econômica que constituíram os contornos e conteúdos do Estado nacional brasileiro, são próprios de formações sociais capitalistas de extração colonial, que trazem consigo, desde seu momento de gênese, elementos que fazem parte de sua forma de ser, e se reproduzem historicamente, sem romper com seus vínculos originários. No caso do Estado nacional brasileiro, a argumentação de Mazzeo (1989, p. 91-92) sinaliza para dois aspectos que comporão a sua “[...] superestrutura: de um lado, elementos ideológicos comuns às formações sociais que vivenciaram situações tardias de desenvolvimento capitalista (onde insere-se Portugal); de outro, aspectos específicos inerentes à situação de particularidade escravista e latifundiária” (MAZZEO, 1989, p. 91 - 92). Mazzeo chama a atenção para o fato de que algumas análises, ao entenderem os latifundiários como meros manipuladores das ideias liberais, reduzem e simplificam a questão. Assim como todo o *complexo de complexos* societal brasileiro, a forma pela qual o liberalismo se manifestou no país traz em sua gênese a particularidade da via colonial, ou seja, a “absorção colonial” do liberalismo é “[...] concretamente, engendrada pela organização produtiva agroexportadora e escravista [...]” (MAZZEO, 1989, p. 92).

A problemática levantada por Mazzeo é de extrema relevância, pois essa revela que a particularidade histórica de Portugal será o elemento norteador da forma como o liberalismo se manifestará em suas colônias, e particularmente no Brasil.

Durante o século XVIII, enquanto a Europa passava por um processo de expansão do capitalismo industrial e do ideário liberal, Portugal ainda sustenta sua economia no então decadente modelo mercantilista. Para completar o quadro de desenvolvimento de um capitalismo tardio no caso português, o país se encontrava num enraizado processo de subordinação de sua economia em relação à Inglaterra, processo esse que se iniciou com

os *Navigation Act* de 1651 e seria reforçado com o Tratado de Methuem, em 1703.

A postura da metrópole portuguesa em relação às suas colônias é a de reforçar os mecanismos da política econômica do mercantilismo, principalmente através das sobretaxas de impostos para os produtos de exportação e importação e da proibição do livre comércio no interior da colônia, bem como, da instalação de manufaturas, posições estas reafirmadas a partir das Reformas Pombalinas<sup>10</sup>. Portugal produz assim, uma espécie de “mercantilismo ilustrado”, que é estendido à burguesia agroexportadora brasileira. Este seria uma adequação do pensamento revolucionário burguês ao atraso estrutural da metrópole portuguesa e, conseqüentemente, de suas colônias. Essas “ideias adequadoras” são na verdade, propostas de transformações que não rompem com o historicamente velho, pois mantém os mesmos mecanismos de produção da riqueza. Na verdade, na maioria das vezes, tais proposituras de modernização assumem contornos conservadores e até reacionários. Isso explica, por exemplo, a manutenção da mão-de-obra escrava mesmo depois do processo de independência do país. Apesar de longa a citação a seguir, sedimenta de forma segura o anteriormente afirmado:

As adequações do pensamento revolucionário burguês ao atraso do reino português originaram, então, um tipo de “mercantilismo ilustrado”. Essas “ideias adequadoras” estenderam-se também à “elite” brasileira. Apareciam então como duas faces de uma mesma moeda, quer dizer, o Império Português. Diferenciavam-se no entanto, no que se refere aos aspectos ligados a interesses das atividades econômicas específicas, atividades essas, umbilicalmente interligadas. Alterações de caráter revolucionário que pudessem, de alguma forma, pôr em risco a base das relações de produção existentes, eram temidas tanto pela burguesia metropolitana como pela colonial. Para a primeira, seria o rompimento com a estrutura metropolitana do mercantilismo, com uma desastrosa consequência de perda do controle colonial, levando a economia do Império à bancarrota absoluta; para a burguesia colonial brasileira, seria o fim da estrutura latifundiária e escravista e o fim do seu poderio político e econômico no Brasil. [...] Vemos, assim, que tanto em Portugal

<sup>10</sup> Um bom exemplo desse enrijecimento administrativo-fiscal que a metrópole portuguesa exerceu sobre o Brasil, pode ser tomado se analisarmos a estruturação da exploração mineral em nosso país. (PRADO JR, 1994, p. 56-65).

como no Brasil, as ideias reformistas surgem como determinação de um processo de modernização refreadora de mudanças fundamentais na estrutura social e produtiva. Portugueses e luso-brasileiros valem-se das “novas” teorias adequadoras da ilustração à “reação conservadora”, que já se delineava na Europa, indicando a transformação do liberalismo revolucionário em liberalismo conservador e prenunciando a decomposição do pensamento revolucionário burguês (MAZZEO, 1989, p. 99).

Verificamos, portanto, que o *complexo de complexos* que compõe a processualidade histórica, na constituição do Estado nacional brasileiro, expressa especificidades determinadas e determinantes – num verdadeiro movimento *reflexo* – da via particular de entificação/objetivação capitalista no Brasil. Vimos que o movimento pela emancipação do país não rompe com a forma de organização produtiva, mantendo praticamente intacta a estrutura econômica agroexportadora escravista do período colonial. A classe que estará à frente de tal processo – a burguesia agrária que vive da exportação de seus produtos aos núcleos centrais do capitalismo – assumirá uma formulação extremamente conservadora e, em muitas vezes reacionária. Preocupada apenas em se apropriar de uma maior parte da renda produzida internamente, essa se articulou de maneira engenhosa para garantir seus interesses, promovendo a independência política do país, sem, no entanto, sofrer qualquer tipo de ameaça popular, excluindo de seu projeto a grande massa de miseráveis, historicamente característica de nossa composição social.

A grande propriedade rural, bem como a classe social que nessa se sustenta, são decisivas e possuem um papel de grande relevância no país; serão os principais elementos sociais na estratégia de “reformismo pelo alto” implementado no plano político imediato, onde os processos revolucionários serão eficazmente abortados/excluídos. Outra aproximação possível diz respeito ao processo de desenvolvimento das forças produtivas, pois aqui, diferentemente das formas clássicas, a industrialização se dará de forma lenta, retardatária, tardia, e, no caso brasileiro, hiper-tardia.

Outro elemento a ser levado em conta diz respeito à conciliação entre o *historicamente velho* e o *historicamente novo*. No caso brasileiro é preciso atentar para o fato de a burguesia que aqui se forma ser geneticamente

vinculada à estrutura fundiária do país. No Brasil a burguesia tem como origem a estrutura agrário mercantil escravista, estrutura essa associada aos núcleos centrais do capitalismo. Esse fator determinará inclusive a natureza não apenas tardia, mas *hiper-tardia* de nossa industrialização<sup>11</sup>.

O processo de acumulação e concentração de capitais necessários ao desenvolvimento industrial dar-se-á no Brasil através do campo. Ou seja, os recursos derivados da exportação agrícola foram os responsáveis pela “acumulação originária de capitais” que, posteriormente, foram revertidos no processo industrial. Importante salientar que esse processo se deu de forma lenta, a partir de meados do século XVIII, permeado por grandes variações, próprias de nossa condição de colônia subordinada a uma metrópole em franca decadência econômica. Nesse momento, presenciamos uma verdadeira retomada da produção agrícola no país – pressionada pela crise da mineração –, proporcionando uma “certa diversificação” de nossa produção, pois além da cana-de-açúcar, o algodão, o arroz e a pecuária ganharam espaço em diversos Estados brasileiros (PRADO JR., 1994, p.31-40). Entre 1796 e 1807 a balança comercial brasileira apresentou saldos bastante favoráveis à economia do país (MAZZEO, 1989, p. 117). Também é nesse momento que o café passa a ser introduzido na região Sudeste. A futura produção de tal gênero agrícola e respectiva acumulação/concentração de capitais oriundas dessa atividade, constituir-se-iam na mola propulsora de nossa industrialização.

Segundo João Manuel Cardoso de Mello, a estrutura econômica sustentada na produção cafeeira engendrou as condições básicas e necessárias ao nascimento do capital industrial e da grande indústria. Isso só foi possível devido ao fato de essa estrutura já se basear em relações capitalistas de produção, tais como: o trabalho assalariado estruturado nas fazendas de café – a partir da introdução da mão-de-obra imigrante; promover o desenvolvimento de um mercado interno de proporções consideráveis; e gerar uma “acumulação primitiva” de capitais, concentrada nas mãos de uma determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial (MELLO, 1991, p 55-59).

---

<sup>11</sup> “Desse modo, se aos dois *casos* convém o predicado abstrato de que neles a grande propriedade rural é presença decisiva, somente principiamos verdadeiramente a concreção ao atentar *como* ela se objetiva em cada uma das entidades sociais, isto é, no momento em que se determina que, no caso alemão, se está indicando uma grande propriedade rural proveniente da característica propriedade feudal posta no quadro europeu, enquanto no Brasil se aponta para um latifúndio procedente de outra gênese histórica, posto, desde suas formas originárias, no universo da economia mercantil pela empresa colonial” (CHASIN, 1978, p. 628-629).

Como dissemos, os capitais provenientes da atividade agrícola mercantil se constituirão no elemento-chave do inicial processo de industrialização no Brasil. Porém, um fator nos parece preponderante para entendermos a gênese de nossa indústria, bem como da fração de classe que dela se origina. Esse diz respeito ao fato de, no Brasil, não haver distinções sócio-econômicas entre burguesia e grandes proprietários de terras. Pelo contrário, em muitas das vezes são, inclusive, as mesmas pessoas. Ou seja, se constituem como indivíduos sociais pertencentes a uma mesma classe econômica, fracionada em setores produtivos específicos: a burguesia. Como nos bem adverte Caio Prado:

Nada há, em conclusão, nos grandes proprietários brasileiros, e isso tanto mais acentuadamente quanto seu nível financeiro é mais elevado, que os distinga e caracterize como categoria econômica e social à parte. E assim nada autoriza separar, e muito menos extremar e isolar na estrutura sócio-econômica brasileira, uma classe característica e bem diferenciada de “latifundiários” contrastantes com a burguesia e ligada a relações de produção de natureza distinta e específica. Trata-se num e noutro caso de igual categoria social, e no mais das vezes até nos mesmos indivíduos, homens de negócio que aplicam seus recursos e iniciativas tanto em empreendimentos agropecuários como em outros setores, ao sabor unicamente das oportunidades ensejadas e da lucratividade esperada (PRADO JR., 1966, p. 168).

Esse fato, além de reafirmar o caráter capital-mercantilista de nossa produção colonial, aponta para outras características que a burguesia industrial que se formou no Brasil vai herdar de (e no) seu processo de constituição, qual seja, sua condição de subordinação estrutural aos polos centrais do capitalismo mundial, decorrência de sua incompletude e incapacidade históricas – caráter *anômalo* – de se constituir como classe essencialmente revolucionária, impulsionadora de processos de transformações sociais.

Nesse sentido dois aspectos assumem contornos de extrema relevância. O primeiro – já discutido anteriormente – é a forma como o ideário liberal será absorvido e colocado em prática no Brasil. O segundo diz respeito à forma como nossa economia, a medida em que passa por

um progressivo processo de industrialização, se insere no contexto do capitalismo mundial.

Para não repetirmos o que já foi dito anteriormente, basta apontar que o processo de formação do Estado nacional brasileiro se insere no contexto de transformações pelas quais a então metrópole portuguesa passava. Todas as determinantes históricas que engendraram a Revolução do Porto não permitem a constituição de uma burguesia revolucionária em Portugal, sendo que no Brasil essa característica se agrava, pois a escravidão se constituiu como o maior entrave para o desenvolvimento das proposituras liberais. Nesse sentido, esse arcabouço teórico-prático, que havia se constituído como o arrimo ideológico dos movimentos revolucionários do século XVIII, revela seus limites históricos ao apresentar seu caráter conservador e reacionário em países de formação “não clássicas”.

No caso do Brasil, durante os processos de emancipação política e respectiva consolidação do Estado nacional, o liberalismo atingiu parcialmente a economia, pois seu itinerário era percorrido apenas no que diz respeito ao direito do livre comércio e produção, se restringindo à produção agrícola – não podemos nos esquecer que quem está à frente do processo de independência política é a burguesia agrário-mercantil. Em nível político, o liberalismo será factível somente àquelas classes – ou classe – que possuem terras, escravos e algumas quantias em riquezas acumuladas na forma monetária, haja vista o regime eleitoral predominante durante todo o período Imperial, cujo critério tanto para elegibilidade quanto para disputa de cargos eletivos, era a equivalência em terras que o indivíduo possuía em dinheiro e ou bens – voto censitário.

Portanto, a base real/material da formação social brasileira se caracteriza pela sua incompatibilidade com o ideário liberal em seu momento de ascensão revolucionária, bem como com os processos revolucionários que este engendra, tal como os ocorridos nas formas “clássicas”.

O segundo aspecto a ser tratado diz respeito às transformações pelas quais a economia brasileira passará durante todo o século XIX e início do século XX.

Como já afirmamos, a economia brasileira colonial é estruturada a partir do século XVI como um apêndice dos grandes centros produtores do período. Sua “função” era fornecer gêneros agrícolas e produtos

tropicais à Europa para que fossem manufaturados e comercializados mundialmente. Observadas as devidas especificidades históricas, esse aspecto não muda durante todo o período colonial, diversificando-se apenas no que diz respeito à mercadoria a ser fornecida. Reafirmamos assim o caráter exportador da economia brasileira como elemento essencial de sua dinâmica, pois este setor se caracterizou como o alicerce da produção da riqueza social brasileira, durante a maior parte de nossa história.

A partir do século XIX essa estrutura passa por algumas alterações. Gradativamente, o complexo econômico brasileiro começou a se diversificar; a economia passou por alterações internas com a abolição da escravatura e com a migração de grandes contingentes de mão de obra oriundas da Europa; conseqüentemente, as demandas internas no que se refere ao consumo também aumentaram. Além disso, nossa economia foi atingida diretamente pela grande crise do sistema capitalista mundial, na última metade do mesmo século. Não podemos nos esquecer que a economia brasileira era (como ainda o é) extremamente vulnerável as oscilações do mercado internacional, posto que nossa base econômica se assentava no setor agrário-exportador. A crise mencionada acima se manifestou no Brasil através de um grande desequilíbrio de nossas contas públicas, de uma constante instabilidade cambial e a conseqüente depreciação da moeda brasileira. A diversificação da produção interna se faz mister, e a industrialização se apresentou como uma necessidade primordial. Porém, as medidas tomadas pelo governo visavam restabelecer a produtividade da atividade cafeeira, em detrimento do setor industrial – ainda em fase embrionária. O projeto de industrialização, portanto, não era uma prioridade da fração burguesa dominante no país, e mais uma vez seria adiado, sendo que poucas foram as fábricas que conseguiram se estruturar.

No entanto, é preciso chamar a atenção para o contexto histórico que essa incipiente diversificação produtiva está inserida. O desenvolvimento do capitalismo mundial explicita de maneira vertiginosa o caráter essencialmente monopolista dessa forma de organização sociometabólica. A forma *Imperialista* de desenvolvimento do Capital é imposta ao mundo como a solução para a crise, sendo que, mais uma vez, o Brasil não passará incólume aos efeitos de tal processualidade. Ao contrário, a diversificação produtiva – e conseqüente industrialização – da

economia de nosso país, seguiu o ritmo ditado, novamente, pelos interesses do capital transnacional, transfigurado agora em grandes trustes e cartéis.

Nessa etapa de internacionalização do capital, os centros industrializados passaram a “exportar” suas fábricas para os antigos núcleos coloniais, de economia predominantemente agrária. Os novos contornos que a Divisão Internacional do Trabalho adquire foram marcados pela expansão das empresas transnacionais em direção a América Latina, África e Ásia, onde desfrutaram de grandes benefícios, tais como baixo valor da matéria-prima, facilidades concedidas pelos governos nacionais para que as empresas instalem suas plantas fabris, potenciais mercados consumidores a serem explorados e, o fator preponderante, o baixo preço da mão-de-obra. Todos esses fatores conjugados foram decisivos para a extração de mais-valia e, conseqüentemente, para um aumento considerável na taxa de lucros médios das empresas, o que possibilitou um novo ciclo de crescimento da economia capitalista mundial.

O que podemos observar com relação ao Brasil é que os antigos fornecedores não perderam seus clientes, pois passam a produzir internamente, com grandes vantagens – diga-se de passagem –, o que antes exportavam para o país<sup>12</sup>. Além disso, o agente dinamizador do processo de industrialização no país foi o Estado, ou seja, toda a substituição de importações que passamos a observar será iniciada a partir de medidas político-econômicas (reajustes cambial e fiscal) que possibilitaram a entrada no país dos bens de capital necessários para o início do processo industrial, além de a própria União passar a investir diretamente no setor. Esta se constitui em mais uma característica da nossa forma particular de inserção na fase industrial do capitalismo, fato que reforça o caráter incompleto e débil da burguesia brasileira.

Contraditoriamente, o que deveria ser o pressuposto e condição fundamental para o desenvolvimento autônomo do capitalismo no Brasil, rompendo com o antigo sistema de produção colonial, se constituiu como um elemento de reafirmação e renovação do mesmo, assentado agora

---

<sup>12</sup> “Particularmente a industrialização será nesses últimos tempos, em proporção considerável que se pode avaliar grosseiramente em pelo menos 40%, fruto da implantação no país de subsidiárias e associadas de grandes trustes internacionais interessados em nosso mercado” (PRADO JR, 1966, p. 135). Alguns autores afirmam que Caio Prado comete um equívoco em sua análise desse momento específico do desenvolvimento econômico do país, pois o autor teria atribuído um excessivo valor no papel das demandas de mercado, no processo de industrialização. Para um melhor esclarecimento ver Coutinho, 1989.

sobre novas bases históricas. O sentido original de nossa economia não é rompido. Pelo contrário, os novos elementos da dinâmica econômica interna – principalmente a industrialização – vão estar inseridos numa processualidade histórica que produziu um novo tipo de contradição, porém, o caráter de subordinação da economia brasileira aos centros hegemônicos do capitalismo mundial permanecerá praticamente intacto.

O que mudou é a forma como essa subordinação se consubstancia historicamente, bem como as novas contradições engendradas por esse processo. Os interesses imperialistas serão o norteador do nosso desenvolvimento industrial. As normas, o ritmo e os limites desse desenvolvimento serão estabelecidos pelos trustes e cartéis internamente instalados no país. Mas como isso se reproduziu?

A resposta a esta questão está na capacidade que a economia brasileira possui de remuneração do capital transnacional aqui instalado. Somente através dos saldos oriundos de nossa balança comercial e, mais recentemente, da composição do superávit primário, é que podemos liquidar os lucros auferidos pelos investimentos imperialistas no país. Portanto, temos a reafirmação do caráter exportador de nossa economia como elemento essencial e determinante da dinâmica do desenvolvimento interno. É bem verdade que esse setor – de exportação – vai gradativamente se diversificando; no entanto a exportação de produtos primários continua a ser o principal elemento na constituição de nossa balança comercial (as chamadas *commodities*). A esse respeito, Caio Prado nos oferece a seguinte contribuição:

De fato, o lucro auferido pelos empreendimentos imperialistas no Brasil somente se podem liquidar (e somente então constituirão para eles verdadeiros lucros) com os saldos de nosso comércio exterior, uma vez que é da exportação que provêm nossos recursos normais em moeda internacional. Descontada a parte desses recursos que se destina a pagar as importações, é do saldo restante, e somente dele que poderá sair o lucro dos empreendimentos aqui instalados pelos trustes. Na base do previsível para esse saldo, portanto, fixarão os trustes o limite de suas atividades; e portanto, em consequência, o do desenvolvimento brasileiro que no sistema vigente é por eles enquadrado. Observamos aqui muito bem a ligação do imperialismo com nosso sistema colonial, fundado na exportação de produtos primários, pois é dessa exportação que

provêm os recursos com que o imperialismo conta para realizar os lucros que são a razão de ser de sua existência (PRADO JR., 1966, p. 136)<sup>13</sup>.

Sendo assim, os empreendimentos imperialistas trazem consigo “um novo e poderoso fator de desequilíbrio”, pois a tendência que se apresenta é a de as transações financeiras com o mercado externo se saudarem com *déficit*. Esse nos parece ser um outro elemento de extrema atualidade, presente em nossa dinâmica econômica interna. Como essa tendência tende a se agravar, a saída encontrada é a exportação, pois, à medida que a balança comercial se apresenta deficitária, os empréstimos internacionais se apresentam como a única saída possível; como estes não podem ser permanentes, a necessidade de vender ao mercado externo é cada vez maior. É através dos recursos provenientes desse “esforço exportador” que os governos tentam dar cobertura cambial às remessas de capitais cada vez maiores que os empreendimentos imperialistas enviam ao exterior. Quando esse necessário *superávit* não se confirma, abrem-se períodos de crise econômica e os governos novamente recorrem aos empréstimos junto às instituições financeiras internacionais<sup>14</sup>.

Conclusivamente, podemos perceber os elementos que impossibilitam o desenvolvimento de uma política econômica autônoma para o país. Toda processualidade histórica do sistema colonial, qual seja a estrutura agrário-exportadora, bem como as contradições que a movem, se configuram como o elemento de gênese no desequilíbrio de nossas finanças

---

<sup>13</sup> Guardadas as devidas características dos diferentes períodos históricos, este nos parece ser, ainda nos dias atuais, um dos elementos essenciais de nossa estruturação econômica. Haja vista todo o esforço do governo de Fernando Henrique Cardoso, principalmente no segundo mandato (1999-2002) de alavancar as exportações brasileiras. Para tanto este governo lançou mão de incentivos e isenções fiscais para o setor. Os resultados de tal esforço puderam ser auferidos somente no atual governo Lula que, dando continuidade de forma “exemplar” às propostas do antigo presidente, pôde contabilizar durante o ano de 2004 a soma de, aproximadamente, 95 bilhões de dólares em exportações. Para maiores detalhes do processo de expansão das exportações em 2004 cf.: AGRONEGÓCIO..., 2004.

<sup>14</sup> Aliás, atualmente os empréstimos angariados junto às instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, só são liberados mediante a garantia que o governo possa oferecer de cumprir vários pacotes de “ajustes”. Para tanto, um conjunto de reformas passam a ser implementadas. Só assim podemos entender a “necessidade” de o governo – no caso brasileiro – elaborar as reformas fiscal e tributária, da previdência, bem como o “enxugamento” e a “diminuição” do tamanho do Estado, tendo como elemento primordial desse processo a privatização das empresas estatais. As consequências de tais medidas são sentidas principalmente pela classe trabalhadora, que padece, a cada dia que passa, diante do desemprego, do arrocho salarial e da “carestia”, elementos estes agravados em nossos dias.

externas, gerando como consequências vários momentos de instabilidade financeira, bem como o processo inflacionário que os acompanha, abrindo longos e devastadores processos de crise interna.

O aspecto periférico e subordinado da economia brasileira se mantém mesmo com o “progresso” e as transformações introduzidas com o advento da indústria, pois toda a diversificação da produção, necessária ao consumo interno, bem como sua consequente diversificação, que pôs fim ao “[...] exclusivismo de atividades econômicas voltadas para exportação, se realizam paradoxalmente por um processo em que a função exportadora conserva de fato sua primazia [...]”, mantendo dessa forma “[...] a economia brasileira dentro de seu velho e aparentemente ultrapassado enquadramento colonial [...]”; some-se a isso o fato de “[...] a liderança naquelas transformações que deveriam significar a libertação da economia brasileira de suas contingências coloniais, se vem concentrando cada vez mais [...] nas mãos de empreendimentos imperialistas e suas iniciativas [...]” (PRADO JR., 1966, p. 141).

São mantidos, portanto, os elementos essenciais do processo histórico colonial. Aquilo que Caio Prado denominou como *Sentido da Colonização* permanece intacto.

## REFERÊNCIAS

- AGRONEGÓCIO & Exportação. *Revista Veja*, São Paulo, n. 36, out. 2004. Edição especial.
- CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- COUTINHO, C. N. Uma via ‘não-clássica’ para o capitalismo. In: D’INCAO, M. A. (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: Brasiliense; Editora Unesp, 1989. p. 115 - 131.
- LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- LUKÁCS, G. *Socialismo e democratização: escritos políticos (1956-1971)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- MARX, K. *O capital*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. Livro Primeiro. Cap. VI (inédito).

- MAZZEO, A. C. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Unesp-Marília-Publicações; Boitempo, 1999.
- MAZZEO, A. C. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- MAZZEO, A. C. *Notas sobre o “modo de produção escravista colonial”*. *Nova escrita ensaio*, São Paulo, ano 4, n. 8, 1980.
- MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: UNICAMP; Boitempo, 2002.
- PERICÁS, L. B. *Caio Prado Júnior: uma biografia política*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- PRADO JR., C. *A revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PRADO JR., C. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RICUPERO, B. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: FAPESP; Ed. 34, 2000.
- SODRÉ, N. W. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.